

39º Encontro Anual da ANPOCS
SPG04 – Cultura Política e Comportamento Eleitoral

A Construção do Voto: Análise do processo decisório nas eleições presidenciais de 2014¹

Jaqueline Kleine Buckstegge²

¹ Este artigo foi desenvolvido como parte da minha Dissertação de Mestrado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Paraná, em 2016. Agradeço às contribuições da professora Luciana Veiga (Unirio) e do professor Emerson Cervi (UFPR), ambos orientadores essenciais para a elaboração e conclusão do trabalho.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (PPGCP-UFPR), jaqueline.buckstegge@gmail.com

1. Introdução

A literatura brasileira que pesquisa eleições tem crescido muito nos últimos dez anos, principalmente no que compete trabalhos orientados pelo individualismo metodológico e que buscam compreender a direção do voto como variável dependente. Devido ao esforço de centros de pesquisa nacionais em aplicar estudos quantitativos pós-eleitorais que disponibilizam abertamente suas bases de dados, pesquisadores puderam aprimorar muito seus desenhos de pesquisa.

Atualmente, dentre as várias dimensões explicativas da literatura eleitoral internacional, a relação da tomada de decisão através do voto com questões neurocognitivas tem ganhado muita visibilidade com o aumento da interdisciplinaridade da área com a Medicina e Psicologia. Seja pela relação com a recepção e processamento de informações, ou por outras questões destacadas por condicionamentos emocionais, as teorias avançam principalmente através de desenhos experimentais que verificam teorias já propostas desde a década de 1950 nas diferentes escolas americanas.

Como forma seminal de traduzir os padrões de comportamento verificados pela psicologia política internacional e entendendo o processo decisório eleitoral enquanto dimensão a ser explicada, o *paper* propõe a análise de onze eleitores observados por painel de entrevistas em profundidade ao longo das eleições presidenciais de 2014. Orientado pelo modelo de Lau e Redlawsk (2006), propõe-se um modelo explicativo que acomoda as variáveis já testadas pela literatura nacional testando o “voto”, este enquanto o resultado de tal processo, e procura-se descrever como os diferentes indivíduos comportam-se ao longo do processo de decisão e exposição ao contexto eleitoral.

O *paper* é dividido em mais três partes: (i) primeiro, aborda-se a tipologia de processo decisório eleitoral de Lau e Redlawsk (2006), assim como apresenta-se a literatura sobre “emoções” no processo de decisão, como forma complementar de analisar holisticamente o eleitor brasileiro. Depois, é apresentado (ii) o desenho específico da pesquisa aplicada para as eleições presidenciais brasileiras de 2014, descrevendo os dados conforme a acomodação dos eleitores observados dentro de cada modelo de processo decisório eleitoral. E, finalmente, (iii) são discutidos os resultados e propostas pesquisas complementares para solucionar questões cuja conclusão é limitada, essencialmente pela metodologia escolhida.

2. O Processo Decisório Eleitoral e o Voto Consistente: a proposta de Lau e Redlawsk

As análises de processo decisório eleitoral na Ciência Política, considerando este como variável dependente em modelos explicativos, ainda são muito escassas. Com exceção dos trabalhos advindos da psicologia política, o foco da área tem sido nos resultados eleitorais, dentro do conceito de Hastie³ (2001), e não na relação raciocínio, julgamento e tomada de decisão. Neste contexto, surge na academia americana o trabalho de Lau e Redlawsk, motivado pela compreensão de “como” o eleitor vota. A preocupação central dos autores é identificar adaptações cognitivas que concedam capacidade decisória aos eleitores, mesmo que estes estejam sujeitos a contextos distintos daquele idealizado pelas teorias econômicas de processamento informacional ou pelas teorias psicológicas que pressupõe identificação a elementos políticos (como partidos) na construção de heurísticas eleitorais. A decisão tomada a partir de tal capacidade, entendida como voto coerente⁴, é definida como “(...) a mesma decisão que teria sido feita sob condições de informação total” (LAU; REDLAWSK, 1997, p. 586, *tradução da autora*). Em outras palavras, mesmo que o eleitor não tenha acesso a todas as informações disponíveis ou não tenha formulações políticas cognitivamente resgatáveis, ele ainda é capaz de tomar decisões coerentes conforme seu sistema de crenças. Após a delimitação de diferentes tipologias de processos decisórios eleitorais, os autores passam a analisar como o processamento de informações durante as campanhas auxilia o indivíduo nesta tomada de decisão. No entanto, este último aspecto metodológico, por seu intenso caráter experimental, não é abordado na presente pesquisa.

Como forma de ilustrar os elementos que compõe o processo decisório eleitoral, os autores destacam um fluxograma, traduzido e adaptado pela Figura 2.1, que considera tanto os estímulos externos como aqueles estritamente individuais na formulação da decisão eleitoral.

³ **Resultados**, para o autor, são situações descritíveis que ocorrem ao final de cada processo decisório; **consequências** são reações de avaliação subjetivas associadas a cada resultado; **incerteza** refere-se aos julgamentos do tomador de decisão em relação à propensão de ocorrência de cada evento possível; e **preferências** são expressões comportamentais de escolha (ou de sua intenção) de uma curso de ação em detrimento de outro (HASTIE, 2001, p. 657).

⁴ Tradução do original “*correct voting*” (HA; LAU, 2015; LAU; ANDERSEN; REDLAWSK, 2008; LAU; REDLAWSK, 1997, 2006; LAU, 2013; LAU et al., 2014).

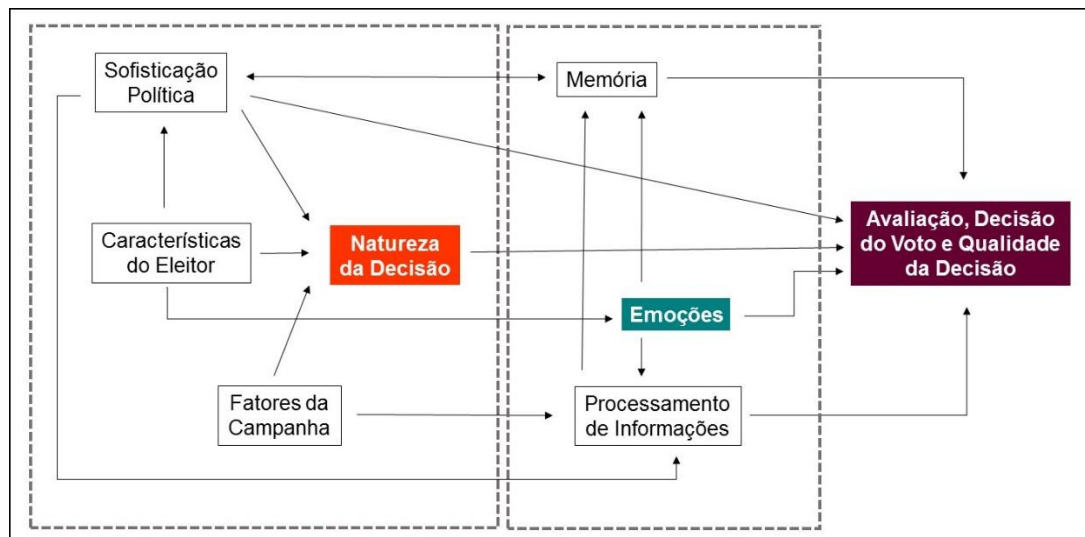


Figura 2.1. Quadro Orientado por Processo para Analisar Decisão Eleitoral
 FONTE: LAU; REDLAWSK (2006, p. 22, tradução e adaptação⁵ da autora)

O modelo desenvolvido pelos autores, a partir de pesquisas experimentais com simulação eleitoral, foca no reconhecimento da mobilização e processamento informacional no decorrer da campanha. Como variáveis independentes primárias, o modelo destaca (i) o plano de fundo do eleitor, através de suas principais características pessoais, incluindo, por exemplo, sua identidade partidária, (ii) sua sofisticação política apresentada em mensuração prévia; (iii) os fatores de campanha, entendidos como as demandas da tarefa a ser realizada, resumindo a dificuldade da decisão. As três variáveis formam a dimensão que Lau e Redlawsk intitulam de “natureza da decisão”. O segundo nível do processo, compreendido como a inovação de seu modelo, é a relação entre (iv) a estrutura de memória individual, especificamente representada pelo papel da memória de curto prazo como condicionante do processamento informacional; e (v) o processamento de informação em si. A relação de tais variáveis é responsável tanto pela avaliação dos candidatos como pela decisão final do voto. A qualidade do voto mencionada na figura refere-se à coerência da decisão, conceituada previamente pelos autores.

No modelo apresentado neste trabalho, a variável “emoções” foi acrescentada ao fluxograma e sua presença será melhor explicada posteriormente, sendo que segue expectativas de comportamento conforme sua intensidade, previstas pelos próprios autores em distintos trabalhos (REDLAWSK; CIVETTINI; LAU, 2007; REDLAWSK, 2004, 2006).

⁵ A adaptação realizada ao modelo original proposto por Lau e Redlawsk foi a inclusão da variável “emoções” no processo decisório eleitoral. Todos os outros elementos mantêm-se constantes.

2.1. A Percepção da Natureza da Decisão

Dimensão formada pelas características do eleitor, sua sofisticação política e os fatores da campanha, a natureza da decisão e sua percepção subjetiva condicionam, no modelo de Lau e Redlawsk, o processamento posterior de informação no processo decisório (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 37). Tais variáveis são consolidadas nos estudos eleitorais anteriores e, para os autores, são as mais adequadas para a compreensão da direção do voto, ou seja, na escolha específica do eleitor de seu candidato. No entanto, para entender como tal decisão eleitoral foi tomada, elas não podem ser isoladas na explicação.

Primeiramente, as características do eleitor permeiam as tradições sociológica e psicológica de comportamento eleitoral, incluindo elementos como habilidade cognitiva, educação, gênero, etnia, identidade partidária e ideologia. Elas agregam os eleitores em delimitações sociais e buscam como tal posicionamento modifica sua percepção a respeito da decisão a ser tomada e sua forma e atenção ao processo.

A sofisticação política trabalhada pelos autores problematiza como os diferentes níveis de expertise, através de uma combinação entre inteligência e informação política acumulada, diferenciam o processamento de novas informações disponibilizada pela campanha eleitoral. A grande hipótese de comportamento da variável, baseada na literatura, é de que indivíduos mais sofisticados, devido a estruturas de memória próprias, são capazes de elaborar esquemas⁶ mentais que estruturam novas informações. Assim, tais eleitores são aptos a realizar inferências razoáveis sem ater-se a detalhes específicos e conseguem graduar a importância dos estímulos aos quais estão expostos. Isso faz com que indivíduos sofisticados politicamente não busquem a totalidade de informações disponíveis para o processo decisório, mas sim o conjunto necessário para um resultado ótimo (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 37).

Os fatores de campanha inseridos na dimensão da natureza da decisão dizem respeito ao quanto a tomada de decisão exige do eleitor, que condiciona a seleção da estratégia de escolha individual. A complexidade do cenário decisório usualmente tem uma relação inversa com a simplificação das heurísticas seletivas, ou seja, quanto mais difícil uma decisão, por exemplo com número muito grande de opções, mais os indivíduos recorrer

⁶ Tradução do original “*schemas*”. O conceito de esquema nas estruturas de memória e nos processos cognitivos é melhor explorado nas próximas seções, mas cabe destacar que representa uma estrutura cognitiva de significados ponderados, construída subjetivamente com base em experiências prévias e informações acumuladas.

a heurísticas simples. Outros elementos, como pressão por tempo reduzido para decisão ou similaridade dentre opções, também complexificam os cenários.

Para os autores, ainda sobre os fatores de campanha, o efeito dos modos de resposta⁷ perante alternativas também altera como indivíduos tomam decisões. Enquanto modos de resposta compreende-se as diferentes exigências que podem ser feitas ao longo do processo decisório, como escolher entre opções, a classificação das mesmas, ou quando é necessária uma avaliação específica para os casos disponíveis. Ao contrário do que entende a teoria racional, em diferentes modos de resposta, preferências podem apresentar-se distintamente. Por exemplo, quando é necessário formular avaliações sobre as opções, indivíduos tendem a pensar de forma mais quantitativa e baseados nas alternativas, enquanto que quando apenas precisam escolher dentre as opções, tendem a orientar-se de forma mais focada em atributos, buscando resultados de forma mais qualitativa. Essencialmente, distinguem-se preferências condicionadas por necessidade ou não de julgamento prévio à tomada de decisão (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 39).

A combinação destes três fatores, características do eleitor, sofisticação política e fatores de campanha, resultam na percepção subjetiva individual da natureza do voto.

2.2. Informação no Processo Decisório Eleitoral

Destacar a relação do recebimento, processamento e resgate de informações dentro do processo decisório eleitoral torna-se uma necessidade como ponto central na contraposição com a teoria da escolha racional. Lau e Redlawsk compreendem que a cognição humana possui limitações, principalmente devido às restrições computacionais de processamento informacional individual e, posteriormente, dos condicionamentos inerentes à estrutura de memória, que são responsáveis pela codificação daquilo que é recebido. Não suficientes tais empecilhos, o voto não se apresenta como uma prioridade para boa parte do eleitorado, o que torna sua decisão também superficial. A proposta dos autores busca refutar, dentro de tais afirmações, os modelos de decisão que atribuem ao processo decisório eleitoral uma mobilização complexa de informações e estruturas de crenças complexas. Tal posicionamento ocorre uma vez que mesmo eleitores interessados

⁷ Tradução do original “*response modes*”.

não podem reunir todo o conteúdo necessário para realizar uma decisão precisa⁸ (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 23).

O sistema humano responsável pelo tal recebimento e processamento informacional é a estrutura de memória. São várias as conceituações sobre tipificações de memória na Neurologia e Psicologia Cognitiva, mas simplificando para a tradução no processo decisório eleitoral, cabe a explicação de Xavier (1993), que apresenta “uma classificação alternativa”, triangulando as memórias de curto prazo, de longo prazo e memória operacional, e descrevendo suas ramificações.

Segundo o autor, o caminho “percorrido” pela informação em seu processamento segue os seguintes estágios (XAVIER, 1993, p. 95): primeiramente, qualquer estímulo externo seria assimilado e codificado por estruturas nervosas sensoriais. A informação, uma vez que codificada, é mantida através de processos de atenção na memória de curto prazo.

Na memória operacional, o material é codificado novamente, em comunicação com a memória de longo prazo, de acordo com sua utilidade para o indivíduo. Uma vez considerada como relevante, a informação é consolidada pela memória explícita, através da reconstrução da experiência que gerou o estímulo inicial.

Memória, portanto, é o elemento do processo decisório que trabalha com o estímulo, processamento e resgate de informações e experiências, nem sempre conscientes no raciocínio, que geram resultados refletindo as preferências individuais.

Na decisão eleitoral, é considerando a interação entre as estruturas de memória que os limites cognitivos aparecem. Para Lau e Redlawsk, o eleitor consome muito tempo no processo de ativação da memória de curto prazo, codificação pela memória operacional e armazenamento na memória de longo prazo, além do tempo gasto posteriormente no resgate de tal informação. Isso, acrescido da baixa priorização dada à política pelos indivíduos, evidencia que esforços cognitivos intensos são pouco viáveis e até pouco prováveis na decisão eleitoral (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 24).

Para os autores, os indivíduos lidam de formas distintas com suas restrições cognitivas dependendo da necessidade de julgamento das opções ou apenas escolha dentre alternativas. No caso das avaliações, usualmente os indivíduos recorrem a heurísticas de julgamento, enquanto atalhos cognitivos que representam diretrizes para julgamentos ou inferências, exigindo menor mobilização informacional. A utilização das heurísticas

⁸ Os autores ainda afirmam que, geralmente, eleitores muito interessados tendem a apresentar um comportamento definido por Taber e Lodge como “*motivated reasoning*”, fruto de forte identificação partidária ou com algum candidato. Tais indivíduos tendem a condicionar fortemente sua atenção para a retenção de novas informações especificamente para a justificação de posicionamentos prévios (TABER; LODGE, 2013).

depende essencialmente de três elementos: disponibilidade, representatividade e ancoragem, e ajuste⁹. Ainda, além de heurísticas de julgamento, processos de categorização ou agrupamento são também propriedades básicas na percepção de novos estímulos e são realizados, usualmente, a partir das próprias heurísticas (por esquemas e estereótipos).

No caso de decisões baseadas na escolha dentre opções, e não obrigatoriamente em julgamento prévio de alternativas, são três os elementos destacados por Lau e Redlawsk: decomposição, edição e heurísticas decisórias. A decomposição é onde o indivíduo isola etapas da decisão, facilitando sua compreensão e escolha onde, por exemplo, tem posicionamentos distintos a respeito de aparições em televisão, características pessoais ou programa de campanha. Na edição¹⁰, o eleitor descarta os elementos que considera irrelevantes ou que complexificam sua decisão, selecionando, por exemplo, um candidato por já conhece-lo ou posição frente a um único *issue*, apenas por que não quer informar-se a respeito do contexto geral da campanha. Finalmente, as heurísticas decisórias são similares àquelas utilizadas pelo indivíduo para a avaliação de alternativas no sentido em que são atalhos cognitivos para um resultado avaliativo específico. Para Lau e Redlawsk, são cinco as principais heurísticas decisórias no processo eleitoral, aprofundadas nas próximas seções: referência afetiva, ensossos, familiaridade, hábito e viabilidade¹¹.

A combinação entre heurísticas de julgamento e decisórias, categorização, decomposição e edição auxiliam, na visão dos autores, na superação da condição de “racionalidade limitada”, proposta por Simon (1972), no caso eleitoral.

2.3. Modelos e Estratégias Decisórios

Lau e Redlawsk resumem os tipos de processo decisório eleitoral em quatro modelos distintos, compilados no Quadro 2.1 enquanto de escolha racional, confirmatório, rápido e econômico, e intuitivo.

⁹ Os autores definem os elementos como “(...) *disponibilidade* – frequência, probabilidade e causalidade do julgamento através das quais exemplos concretos são resgatados da memória, ou o quão fácil é gerar um cenário plausível; *representatividade* – designação de instâncias específicas a categorias mais gerais (estereótipos, esquemas) de acordo com quão bem a instância particular se adequa ou corresponde às propriedades essenciais de uma categoria ao invés de outra; e *ancoragem e ajuste* - formando uma resposta provisória e, em seguida, ajustando revisando dados relevantes” (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 26, *tradução da autora*)

¹⁰ O recurso à avaliação do incumbente é considerado, neste caso, como uma forma de edição para escolha.

¹¹ Tradução do original, respectivamente, “*affect referral*”, “*endorsements*”, “*familiarity*”, “*habit*” e “*viability*” (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 28).

Quadro 3.1. Quatro Modelos de Processo Decisório

	Modelo 1 Imparcial	Modelo 2 Confirmatório	Modelo 3 Rápido e Econômico	Modelo 4 Intuitivo
Influência	Escolha Racional	Socialização precoce e consistência cognitiva		Racionalidade Limitada
Suposição a Respeito da Procura por Informações	Tomadores de decisão deveriam buscar ativamente o máximo de informações possível, sobre qualquer alternativa disponível (até o custo de informação adicional excede o benefício esperado)	A coleta de informações é basicamente passiva, exceto identificação partidária que deve ser buscada cedo. A maior parte da exposição à informação vem da mídia e é amplamente negligente. Percepção das mensagens midiáticas é enviesada em favor de predisposições aprendidas em estágios iniciais de socialização, e na medida em que a busca por informação é proposital, é também muito influenciada por tais predisposições precoces	Tomadores de decisão deveriam buscar ativamente apenas alguns atributos de julgamento com os quais realmente se importam ou que acreditam ser úteis para diagnóstico, e ignorar todo o resto	Pessoas somente buscam ativamente informações necessárias para a tomada de decisão (sendo que a profundidade da pesquisa depende da percepção de importância da decisão). Atalhos cognitivos e várias heurísticas decisórias são fortemente (e quase automaticamente) utilizados
Método de Processo Decisório	Consideração baseada em memória de forma explícita, consciente e cognitivamente difícil das consequências positivas e negativas associadas com cada alternativa	Avaliações baseadas em memória do que é conhecido (longo prazo) e do que foi aprendido recentemente (curto prazo) sobre as diferentes alternativas	Consideração explícita baseada em memória de uma ou duas consequências positivas e negativas associadas com cada alternativas	Métodos satisfatórios ou relacionados que visam formular uma decisão relativamente fácil ao restringir a procura por informação
Motivações para Escolha	Interesse próprio	Consistência cognitiva	Eficiência	Fazer a melhor escolha possível com o menor esforço; Evitando trocas de valores
Inputs eleitorais para Decisão	Principalmente através de julgamentos retrospectivos (p. ex. avaliação de performance) e prospectivos (p. ex. posição frente <i>issues</i>) a respeito dos candidatos	Primeiramente identificação partidária, mas também posição frente <i>issues</i> , avaliação econômica, percepções dos candidatos, e avaliação da performance do mandatário	Posicionamento do candidato perante alguns atributos considerados como importantes pelo eleitor (mas não limitado apenas a políticas públicas)	Atalhos cognitivo (estereótipos, esquemas, etc.) e outras heurísticas políticas

Fonte: LAU; REDLAWSK (2006, *tradução e adaptação da autora*)

Os modelos são controlados por forma de procura de informação, método de processo decisório, motivações para escolha, e os recursos mobilizados para a tomada de decisão. O primeiro modelo, que representa a tradução feita pelos teóricos da (i) escolha racional ao comportamento eleitoral, apresenta indivíduos capazes de recorrer a suas estruturas de memória ativamente, vinculando tais ativações ao processamento de alto fluxo informacional, motivados pela maximização da utilidade do voto pessoal e que tomam decisão, principalmente, a partir de avaliação retrospectiva, no caso de incumbentes, e de julgamentos prospectivos a partir dos *issues* traçados pela campanha.

Pela influência dos primeiros trabalhos da psicologia eleitoral, o (ii) modelo confirmatório confia à socialização individual o papel central para o processo de decisão eleitoral, onde a identidade partidária é a diretriz orientadora da direção de escolha entre candidatos, mas outras variáveis podem ajudar a compreender seu comportamento, como posicionamento específico em relação a algum *issue*. A informação é obtida de forma passiva, essencialmente através da produção midiática a respeito da campanha, sendo a atenção e respectivo processamento das informações obtidas enviados pelas preferências prévias do eleitor, garantindo o foco na consistência cognitiva pessoal.

O (iii) modelo rápido e econômico reflete um eleitor que busca eficiência através da retenção das informações essenciais para sua decisão, conforme prioridades subjetivas. O recurso avaliativo é acesso à memória para julgamento positivo/negativo de posicionamento, com base em experiências prévias.

O último modelo de processo decisório, entendido como (iv) intuitivo é identificado em indivíduos que se apoiam fortemente em atalhos e heurísticas cognitivas e buscam chegar a decisões com o menor esforço possível e, usualmente, sem empenho na reunião de informações necessárias para tanto.

A partir da determinação dos modelos de processo decisório eleitoral, Lau e Redlawsk discriminam suas ramificações em distintas estratégias de decisão, que definem como “(...) um conjunto de operações mentais e físicas que um indivíduo usa para chegar a uma decisão” (LAU; REDLAWSK, 2006, p. 30, *tradução da autora*). As estratégias diferem, essencialmente, em quanto são cognitivamente difíceis de aplicar, quanto da informação disponível consideram, a ordem que a informação é considerada e na probabilidade de chegar a uma decisão ótima. O Quadro 2.2 apresenta os modelos de processo decisório conforme o controle de suas estratégias.

Quadro 2.2. Características de diferentes regras decisórias

Processo Decisório	Tipo	Profundidade da Pesquisa	Comparabilidade da Pesquisa	Sequência da Pesquisa	Esforço Cognitivo
Modelo 1a*	Compensatório	Profunda	Igual	Baseada em candidato	Muito alto
Modelo 1b*	Compensatório	Profunda	Igual	Dimensional	Muito alto
Modelo 2	Misto	Relativamente profunda	Desigual	Provavelmente baseada em candidato, mas tanto faz	Moderado
Modelo 3	Compensatório	Relativamente superficial	Igual	Qualquer uma	Geralmente baixo
Modelo 4a*	Não-compensatório	Depende, mas tipicamente superficial	Geralmente desigual	Baseada em candidato	Moderadamente baixo
Modelo 4b*	Não-compensatório	Geralmente superficial	Geralmente desigual	Dimensional	Baixo

**Nota: O sufixo “a” refere-se a pesquisa orientada por candidato, enquanto o sufixo “b” refere-se a pesquisa dimensional ou focada em atributos.*

Fonte: Lau e Redlawsk (2006, p. 36, tradução e adaptação da autora)

Na tipologia, estratégias compensatórias são consideradas aquelas nas quais os indivíduos lidam com conflitos entre preferências e a necessidade da escolha. Avaliações positivas ou negativas não são determinísticas, podendo ser relativizadas no cálculo final da escolha. Estratégias não-compensatórias, por outro lado, focam em cenários onde a informação não é acessada de forma integral. Avaliações negativas em elementos dentro destas estratégias tendem a eliminar a alternativa no processo decisório.

Conseqüentemente, a relação entre modelo de processo decisório e estratégia influenciam a formas como os indivíduos priorizam a informação em seus julgamentos e escolhas. É possível discriminar tais diferenças observando: (i) a profundidade da pesquisa, constatando quanto da informação disponível é mobilizada antes da tomada de decisão; (ii) comparabilidade de pesquisa dentre as opções, que representa, de uma lado, a parcialidade individual na procura por informação e, de outro, a disponibilidade real de cenários comparativos em relação aos diferentes candidatos; e (iii) a sequência da pesquisa, que busca compreender se o eleitor pesquisa cada candidato integralmente por vez, ou se opta por comparar atributos específicos dentre os distintos candidatos, também chamada de sequência dimensional.

Redlawsk e Lau, em trabalhos posteriores, iniciam a problematização de “emoção” como um fator essencial e um “filtro” para a mobilização de quaisquer variáveis no processo decisório eleitoral (REDLAWSK; CIVETTINI; LAU, 2007), ainda dando atenção

especial para o processamento de informações. No entanto, mesmo com o objetivo de apenas identificar o comportamento das diferentes tipologias de processo decisório para os casos analisados nas eleições presidenciais brasileiras, cabe atualizar a revisão dos autores, apresentando na próxima seção as construções sobre a relação entre comportamento político e contexto emocional dos indivíduos.

2.4. “Emoção” como Variável Controle

Como já destacado, é através da relação entre emoção e o processamento de informações que o conceito é inserido nas análises de processo decisório. É possível através de seu mapeamento identificar princípios heurísticos, neste caso não cognitivos, que compreendem o enquadramento individual inicial realizado pelo acúmulo emocional retido na estrutura de memória de indivíduo. Ou seja, indivíduos criam “filtros” baseados em experiências prévias que condicionam seu processo decisório sem ações conscientes. Para compreender as distintas formulações a respeito da relação cognição *versus* emoção, cabe a distinção de alguns conceitos, traduzidos da Psicologia. De forma abrangente, Winkielman [*et al*] definem os elementos estímulo, valência, humor, afeto e emoção¹². Segundo os autores, (i) estímulo refere-se à ativação da dimensão emocional, dentre o intervalo de baixo e alto; (ii) valência concerne à dimensão de um determinado estado, variando entre positivo e negativo; (iii) humor é estado de baixa intensidade, difuso, e que dura relativamente bastante tempo, e que é diferenciado essencialmente pela valência (por exemplo, sentindo-se mal ou sentindo-se bem). Como distinção mais sutil, os autores destacam que

[iv] **Afeto** pode funcionar como um termo guarda-chuva para todos os estados, mas tipicamente refere-se a estados que são diferenciados primariamente por valência ou estímulo. [v] **Emoção** é também utilizado como um termo guarda-chuva, mas frequentemente refere-se a um estado intenso e relativamente breve com fenomenologia qualitativamente diferenciada (por exemplo, dentre estados negativos, um indivíduo pode diferenciar entre medo, raiva, tristeza e desgosto) (WINKIELMAN et al., 2007, p. 179, *grifo e tradução da autora*)

A relação de tais elementos com o processo decisório vai desde a percepção de um estímulo emocional até o comportamento em si.

¹² Tradução, respectivamente, dos originais “*arousal*”, “*valence*”, “*mood*”, “*affect*” e “*emotion*”.

O segundo ponto que cabe exploração nesta seção é a discussão acadêmica pela divergência na primazia/centralidade entre emoção e cognição entre Zajonc e Lazarus. Zajonc, com *Feeling and Thinking* (1980) e *On the Primacy of Affect* (1984), afirma que “(...) afeto e cognição são dois sistemas separados e parcialmente independentes e, mesmo que eles ordinariamente funcionem conjuntamente, afeto poderia ser gerado sem processo cognitivo prévio” (ZAJONC, 1984, p. 117, *tradução da autora*).

Para o autor, antes mesmo de elementos cognitivos serem ativados, o indivíduo filtra seu contexto através de acúmulo emocional programado através de sua socialização. O exemplo consolidado em sua obra é de que se um indivíduo encontra um urso em uma floresta, sua reação inicial é sentir medo e correr ou compreender a situação de perigo e racionalizar o desenvolvimento do sentimento? Para o autor, indivíduos sentem antes de entender o porquê.

Lazarus, em diálogo direto com Zajonc, escreve *Thoughts on the relation between emotion and cognition* (1982) e *On the primacy of cognition* (1984), posicionando-se junto às teorias de avaliação¹³. O autor deixa bem claro que

Atividade cognitiva é uma pré-condição necessária da emoção porque para experienciar uma emoção, pessoas devem compreender – mesmo que na forma de uma percepção avaliativa primitiva ou processo simbólico altamente diferenciado – que seu bem-estar está implicado em um transação, para melhor ou pior. Uma criatura que é absorta do significado de o que está acontecendo a seu bem-estar não reage com emoção (LAZARUS, 1984, p. 124, *tradução da autora*).

Tal debate teórico desenvolveu alguns modelos que dispõem diferenças nas relações entre emoção e cognição. O primeiro grupo abarca modelos associativos, e forma-se de modelos de memória semântica e modelos de ação. Os modelos de memória semântica propõem que estados afetivos estão vinculados a categorias cognitivas relacionadas dentro a rede de memória semântica, o que implica que a indução de um estado afetivo pode incitar categorias que guiam codificação, recuperação, e uso de informação no julgamento. Os modelos de ação focam no *priming* dentro uma rede percepção-ação, onde, por exemplo, a valência de estímulos impacta o comportamento motor.

O segundo grupo são os modelos inferenciais. Eles enfatizam, ao contrário dos modelos associativos, o elemento da experiência de afeto percebida pelo indivíduo e permitem um

¹³ Tradução do original “*appraisal theories*” (LEVENTHAL; SCHERER, 1987)

uso mais estratégico e flexível do afeto em guiar julgamentos e decisões (WINKIELMAN et al., 2007, p. 180). Dentre os modelos inferenciais, existem os modelos de afeto-como-informação e regulação de afeto. O primeiro assume que o indivíduo faz uma auto-avaliação de seu estado afetivo momentâneo, uma vez que sujeito à julgamento e decisões, e utiliza tais sentimento em atalho para o processo decisório. Na regulação de afeto, o modelo pressupõe que os indivíduos fazem julgamentos e tomam decisões com objetivo de controlar suas emoções, seja através da restauração de emoção sentida previamente, atingir estado emocional que maximize algum tipo de performance ou transformar seu estado emocional em consistente com as demandas situacionais.

Na psicologia política, são três as principais abordagens a respeito de emoções: a teoria de valência, a teoria discreta e a teoria dimensional. Inicialmente, acreditava-se que indivíduos avaliavam e codificavam emocionalmente suas experiências cotidianas de forma binária, simplificando percepções. Mesmo que tal perspectiva de valência seja muito disseminada e operacionalizada, principalmente termômetros emocionais¹⁴, a discussão sobre a adequação de tal redução semântica levou a evolução da teoria discreta. Para os autores adeptos a esta, não é possível resumir experiências emocionais a uma única dimensão gostar *versus* não-gostar. Os modelos discretos delimitam entre oito, dez, doze ou dezesseis emoções “básicas”, mas o pressuposto central para todas é que estados emocionais são mutuamente exclusivos (MARCUS, 2003, p. 191). Devido a algum insucesso analítico das duas abordagens, surge a teoria dimensional de emoções. Nela, identifica-se emoções baseado em seu posicionamento em um pequeno número de dimensões. Apesar de alguma controvérsia em relação ao número e a especificidade de tais dimensões, existem quatro praticamente consensuais: ativação, valência, potência e intensidade (LAUKKA; JUSLIN; BRESIN, 2005, p. 634). Na relação entre emoção e cognição, enquanto a teoria discreta acredita que a experiência emocional é condicionada pelo processamento cognitivo, a teoria dimensional, embasada principalmente por trabalhos da neurociência, assume que emoções surgem previamente à atividade cognitiva. Consequentemente, a abordagem discreta sugere que a emoções é gerada pela avaliação cognitiva de determinadas experiências, e a abordagem dimensiona prevê que existem múltiplas fontes para expressão de emoção, o que gera as distintas dimensões propostas (MARCUS, 2003, p. 195).

¹⁴ Tradução do original “*feeling thermometers*”.

Na análise de decisões eleitorais, a teoria sobre emoções mais bem explorada e replicada é, com certeza, a da Inteligência Afetiva de Marcus, Mackuen & Neuman (2000). Nela, considera-se a existência de dois sistemas pré-cognitivos e conectados na produção de significado individual, o de predisposição e o de vigilância, que são responsáveis pelo condicionamento de atitudes políticas, regulando sentimentos de entusiasmo e ansiedade, respectivamente. O sistema de predisposição habilita a performance de tarefas cotidianas, sem sua consideração consciente, uma vez que novas informações não apresentam-se como estímulo para o indivíduo. As principais emoções vinculadas ao sistema são entusiasmo e aversão, com função de recompensar ou punir ações, respectivamente. O sistema de vigilância é ativado quando algo inesperado pelo indivíduo ocorre, produzindo ansiedade, que conseqüentemente gera atenção, promovendo aprendizado (MARCUS; NEUMAN; MACKUEN, 2000 p. 9).

Posteriormente, outros autores testaram a teoria dos autores, seja através de sua aptidão analítica para a recepção do conteúdo produzido em campanhas eleitorais (BRADER, 2005), ou até mesmo para a compreensão das relações emocionais no comportamento eleitoral brasileiro (PIMENTEL JR., 2007).

O trabalho de Pimentel, especificamente sobre as eleições presidenciais brasileiras de 2006, encontrou que

(...) os sentimentos de entusiasmo estão correlacionados com a predisposição em votar em determinado candidato, enquanto a ansiedade afeta essa predisposição. Além disso, ficou demonstrado que os eleitores mais ansiosos possuem uma tendência em postergar a decisão eleitoral, refletindo melhor sobre sua predisposição em votar em dado candidato, e a mudar sua orientação de voto face a comportamentos reprováveis do governante, principalmente se acreditar que esse candidato à reeleição esteja desempenhando um bom governo (PIMENTEL JR., 2010, p. 540).

De forma geral, afeto influencia julgamento, processamento e procura informacional de formas distintas, dependendo do estado emocional específico do indivíduo e de seu ambiente (ISBELL; OTTATI; BURNS, 2006, p. 85). No teste que Lau, Redlawsk e Civettini (2007) fizeram da relação entre emoções e processo decisório, fica claro que situações de ansiedade, compreendidas previamente por Marcus, Neuman e Mackuen (2000) como cenário propício para aprendizado político, só focam o eleitor a assimilar informações e mobilizar avaliações positivas em relação a candidatos pré-selecionados. O julgamento e decisão, portanto, é condicionado criando eleitores especializados em

compensar positivamente suas opções prévias, sem abertura para avaliação do cenário completo.

Marcus destaca, como futuro das pesquisas sobre emoções na psicologia política, a intensificação da interdisciplinaridade com a neurociência, concedendo aos trabalhos inferências causais reais dos processos cognitivos-afetivos para os eleitores (MARCUS, 2003, p. 182). Estes esforços, no entanto, implicam em pesquisas com orçamentos muito elevados e de difícil aplicação¹⁵.

A próxima seção apresenta a adaptação conceitual proposta pela presente pesquisa para a análise do caso brasileiro. O foco da análise é na caracterização do comportamento eleitoral da amostra observada, condicionada pelos diferentes modelos de processo decisório e estratégias descritas¹⁶ por Lau e Redlawsk e revisados até aqui, e analisados utilizando o contexto emocional individual como interveniente à mobilização dos diversos recursos no processo eleitoral.

3. Desenho de Pesquisa para as Eleições Presidenciais de 2014

O processo decisório eleitoral torna-se objeto de pesquisa a partir de uma preocupação em descrever melhor a complexidade do comportamento político do eleitor brasileiro, ao longo do período das campanhas eleitorais. Através de uma proposta exploratória e dos pressupostos de Lau e Redlawsk em sua construção dos tipos de processo decisório eleitoral, amplia-se o escopo de análise do comportamento individual para os casos analisados na eleição presidencial de 2014.

A força motriz do trabalho é a ideia de que o eleitor brasileiro tende a encaixar-se em modelos “rápidos e econômicos” de processo decisório, em que os indivíduos apoiam-se apenas nos atributos de julgamento e/ou decisão que consideram fundamentais, como o posicionamento perante alguma questão específica tratada durante a campanha. Condicionado a situações moderadas de ansiedade, ele é capaz de, dentro de tais limites de avaliação, ponderar a decisão mais eficiente possível. Apesar de esforços cognitivos geralmente baixos e superficialidade na procura por informação, buscando sempre a economia de seus esforços, ele tende a estratégias compensatórias de decisão, não assumindo extremos em sua avaliação.

¹⁵ Para as eleições presidenciais brasileiras, apenas um trabalho é fruto de tal esforço acadêmico dentre áreas científicas, resultando na análise das eleições de 2010 (LAVAREDA, 2011).

¹⁶ Ao contrário do trabalho de Lau e Redlawsk, o foco da pesquisa será na caracterização do processo decisório eleitoral e não na compreensão da utilização de informação como elemento-chave do julgamento e escolha.

Quadro 3.1. Resumo de variáveis operacionalizadas para Processo Decisório Eleitoral

	Conceito	Objetivo	Variáveis	Tradução (exemplos)	Referência	
Dependente	Processo Decisório	Definir através do (i) conceito emocional e das (ii) variáveis mobilizadas ao longo do processo decisório eleitoral quais as tipologias presentes nos casos analisados	Tipo de Processo Decisório Eleitoral	(i) [emoções] (ii) [(predisposição individual) + (redes sociais) + (estímulos externos) + (resgate informacional)]	(LAU; REDLAWSK, 2006)	
Interviente	Emoções	Identificar alteração nos padrões de percepções emocionais dos eleitores, principalmente no que diz respeito a posições extremas que se amenizam com o passar da campanha, e vice-versa	Intensidade emocional contextual	(i) Avaliações de elementos considerados na eleição, em escala de cinza, das emoções.	(NEUMAN et al., 2007; WATSON; CLARK, 1994)	
Explicativas	Redes Sociais	Delimitar qual é a predominância das redes sociais no processo decisório eleitoral, seja no fornecimento de informações políticas ou no próprio posicionamento	(i) Participação em grupos politicamente ativos; (ii) diversidade interna do grupo; (iii) Recorrência ao grupo	(i) Dimensão espontânea ¹⁷ (ii) Dimensão estimulada: “Você conversa sobre política no seu cotidiano?”	(MCCLURG, 2006)	
	Resgate de Informação	Determinar como os eleitores analisados interagem com a disponibilidade de informações ao longo da campanha eleitoral, desde sua captação até a utilização para justificativa eleitoral	Justificativas Contextuais	(i) Dimensão espontânea (ii) Dimensão estimulada: “Você assiste aos debates? Qual a importância deles?”, “Como você acha que as pessoas buscam informações políticas?”	(TABER; LODGE, 2013, 2006)	
	Predisposição Política Individual	Heurísticas Eleitorais	Desenhar as principais heurísticas eleitorais explicitadas pelos participantes, através da interpretação de suas posições espontâneas sobre a realidade eleitoral	Recurso a Heurística Eleitoral	(i) Dimensão espontânea (ii) Dimensão estimulada: “Quais características tem um candidato ideal?”	(LAU; REDLAWSK, 2006)
		Sofisticação Política	Elencar quais dimensões do conceito de “sofisticação política” são bem desenvolvidos pelos eleitores participantes e buscar sua relação com os distintos modelos de processo eleitoral	(i) Escolaridade; (ii) Acesso à mídia; (iii) Interesse pessoal em política	(i) Dimensão espontânea (ii) Dimensão estimulada: “Qual a importância do Congresso Nacional?”	(LUSKIN, 1990)
	Estímulos Externos de Campanha	Avaliação de Governo	Detectar a percepção individual a respeito da administração pública, no nível do Executivo Nacional, indícios de responsividade na avaliação da situação nacional além de verificar o posicionamento do eleitor frente ao Partido dos Trabalhadores.	(i) Avaliação retrospectiva/prospectiva candidato à reeleição; (ii) Proximidade ao Partido dos Trabalhadores	(i) Dimensão espontânea (ii) Dimensão estimulada: “Como você avalia o Governo Federal nos últimos quatro anos?”, “O Brasil hoje está melhor, igual ou pior do que há dez anos?”	(SAMPAIO, 2014)
Imagem Política/Pessoal do Candidato		Verificar a avaliação que os eleitores fazem de cada um dos candidatos envolvidos na corrida eleitoral, assim como a centralidade das avaliações tanto pessoal como política para o processo decisório eleitoral.	Características pessoais/políticas como “presidenciais”	(i) Dimensão espontânea (ii) Dimensão estimulada: seleção (e seleção) de características que o candidato possui e não possui, como “inteligência”, “convicção”. É estabelecido, através da explicação, se a característica é vinculada à imagem pessoal ou política do candidato.	(ROSENBERG et al., 1986)	

Fonte: Autora

¹⁷ A dimensão espontânea das variáveis independentes implica a análise de conteúdo das transcrições obtidas pela coleta de dados e a partir do discurso individual, não controlado apenas pelas questões estimuladas, a consolidação de redes de discurso que evidenciem a mobilização do elemento explicativo.

O Quadro 3.1 acima discrimina todas as variáveis utilizadas pelo modelo explicativo, condicionadas pelas respectivas construções teóricas vinculadas.

Como **variável dependente**, a pesquisa destaca o “tipo de processo decisório eleitoral” em eleições presidenciais. Ela é categorizada a partir da construção de Lau e Redlawsk, em processos (a) imparcial, (b) confirmatório, (c) rápido e simples e (d) intuitivo, e é resultado da interação entre a dimensão explicativa do modelo, condicionada pelo contexto emocional do indivíduo. É interessante destacar que os modelos de processo decisório são delimitados a partir de um cenário eleitoral majoritário cuja natureza da decisão é relativamente simples para o indivíduo. A análise de contextos eleitorais complexos (CEC¹⁸) perpassa uma rede maior de definições teóricas.

A utilização da **variável interveniente** “intensidade emocional contextual” reflete um posicionamento holístico da pesquisa no que compete a psicologia eleitoral. A inserção do conceito de emoções não é feita como tradução literal dos trabalhos citados no capítulo anterior (MARCUS; NEUMAN; MACKUEN, 2000; NEUMAN et al., 2008; SEARS, 2001), mas adaptando a lógica apresentada por Lau e Redlawsk. Pressupõe-se que a avaliação dos candidatos não é feita através da mobilização de um arcabouço complexo de informações, mas sim de um acúmulo de experiências que pode ser traduzido em impressões emocionais, mesmo que sua explicitação não seja bem articulada pelo indivíduo. A emoção é identificada como interveniente pois a alteração das impressões emocionais ao longo do processo decisório eleitoral pode abrir espaço para consideração de outros elementos de decisão. Em outras palavras, se o eleitor apresentar modificações em suas impressões emocionais, que sejam intensas o suficiente para atingir seu sistema de crenças, principalmente no caso do indivíduo tornar-se menos extremo em suas ponderações, ele acaba sendo suscetível à inclusão de variáveis ainda não mobilizadas em seu próprio modelo eleitoral, demonstrando estratégias compensatórias de decisão.¹⁹

Para a identificação da percepção emocional dos eleitores analisados, foram elencados os seguintes elementos: “Brasil”, “economia nacional”, “economia privada”, “Governo Federal”, “Congresso Nacional”, “fotos oficiais dos candidatos”, “fotos com os ‘padrinhos’ políticos”, “fotos dos candidatos em campanha”, “programas partidários”, “Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral”, “trechos de debates” e os “jingles principais

¹⁸ O conceito de Contexto Eleitoral Complexo (*Complex Electoral Environment*) é definido por Rennó como composto por uma combinação dos seguintes elementos: “eleitores que identificam-se fracamente com os partidos, existência de sistema multipartidário, a disputa eleitoral envolve mais de um cargo eletivo por distrito, e vários candidatos concorrem pelo mesmo gabinete” (2004, p. 14, *tradução da autora*).

¹⁹ Nas hipóteses traçadas por Lau e Redlawsk, são duas as dimensões que condicionam a mobilização de distintas variáveis: a avaliação ponderada/polarizada dos candidatos e a complexidade da decisão a ser tomada (2006, p. 46).

da campanha”. Todos os estímulos externos utilizados ao longo das aplicações encontram-se ilustrados nos Anexos²⁰.

A seleção das emoções descritivas utilizadas foi feita através do Manual Panas-X de emoções positivas e negativas (WATSON; CLARK, 1994). Foram selecionadas as emoções “alegre”, “indignado”, “orgulhoso”, “tenso”, “preocupado”, “animado”, “revoltado” e “confiante”, e as mesmas foram aplicadas através da seleção em escalas de cinza da intensidade do sentimento em relação aos elementos mencionados anteriormente. Como **dimensões explicativas**, a pesquisa mobiliza variáveis a partir dos seis conceitos já descritos. Primeiramente, o conceito de redes sociais é traduzido em três variáveis principais, observadas essencialmente por presença ou ausência de comportamento: “participação em grupos politicamente ativos”, nos quais “política” é um tópico presente pelo menos ao longo da campanha eleitoral; “diversidade interna dos grupos”, que busca na fala dos eleitores a presença ou não de divergências internas nos grupos politicamente ativos e sua aceitabilidade; e “recorrência ao grupo”, que indica o quanto o indivíduo referencia as construções coletivas de significado político para justificar seus julgamentos e decisões políticas.

Para o resgate de informações, observa-se a variável de “justificativas contextuais”, que indica a mobilização de justificativas com estabelecimento de cenários imparciais, mesmo que não integralmente, mas que não contenham apenas posições e informações que reforcem um posicionamento predominante do eleitor em suas avaliações. Resumindo, isso implica que o indivíduo demonstra conhecer os dois lados da moeda.

No nível das predisposições políticas individuais inclui dois conceitos, o de heurísticas eleitorais e de sofisticação política. As heurísticas são observadas através da variável “recurso a heurística eleitoral”, que pela categorização de Lau e Redlawsk, já discutido no capítulo anterior, pode apresentar-se como referência ativa, endosso, familiaridade, endosso, familiaridade, hábito e viabilidade. No caso do conceito de sofisticação política, foram extraídos de Luskin²¹ (1990) alguns elementos utilizados para a construção do índice de sofisticação. São observadas as variáveis escolaridade, onde o indivíduo indica presença ou não em ambiente formais de educação e seu respectivo acúmulo temporal; acesso à

²⁰ Todos os instrumentos utilizados para a coleta dos dados estão dispostos nos anexos do presente trabalho da seguinte forma: (a) escalas de mensuração de contexto emocional – Anexo 2; (b) fotos oficiais dos candidatos, da campanha, dos debates e de seus padrinhos – Anexo 3; (c) transcrição dos Horário Gratuitos de Propaganda Eleitoral (e Partidária), Jingles e trechos de Debates – Anexo 4; (d) transcrição dos títulos das notícias utilizados na última onda – Anexo 5; (e) características disponibilizadas para definir os candidatos – Anexo 6; (f) roteiros das entrevistas – Anexo 7.

²¹ Da construção original de Luskin foram excluídas as dimensões de influência parental e ocupação, uma vez que sua intenção analítica é contemplada dentro do conceito de redes sociais inserido no modelo. Também não foi considerada a variável “inteligência”, por sua dificuldade de mensuração.

mídia, explicitada tanto pela importância e credibilidade dadas pelo indivíduo às informações disponibilizadas pela grande mídia e pela intensidade da exposição a veículos de comunicação, tradicionais ou não; e interesse pessoal em política, que instiga o indivíduo a ponderar a importância que dá a elementos políticos.

Finalmente, a compreensão dos estímulos externos de campanha considera dois conceitos centrais: a avaliação de governo e a imagem política/pessoal dos candidatos. Na avaliação de governo, observa-se a variável “avaliação candidato à reeleição”, em que a dimensão tempo, sendo retrospectiva ou prospectiva, depende de características individuais e influencia na tipologia do processo decisório uma vez que evidencia diferentes níveis de esforço cognitivo em sua formulação. Ainda para o mesmo conceito, é inserida a variável “proximidade ao partido mandatário”, presumindo uma identificação entre o partido a construção do eleitor de “governo”, uma vez que no contexto nacional o partido mandatário está na mesma posição a mais de uma década.

Para a imagem política/pessoal dos candidatos foi estabelecida a variável “características pessoais/políticas ‘presenciáveis’”, que indicam a confluência entre identificação de características nos candidatos que o eleitor considera como coerentes e/ou necessárias ao cargo de presidente.

Para a análise dos dados, são duas as dimensões consideradas: (i) o comportamento esperado a partir do contexto pessoal e da campanha eleitoral, e (ii) a mobilização de variáveis para o processo decisório eleitoral.

Como já mencionado, o comportamento esperado segue duas lógicas. Uma é condicionada pela polarização dos candidatos consolidada pelo eleitor, usualmente realizada através de um arcabouço informacional denso, no caso de decisões com qualidade superior, ou indicado por impressões emocionais extremas, como forma de atalho cognitivo de avaliação. A outra lógica diz respeito ao próprio cenário da decisão eleitoral e da dificuldade na formulação da mesma. Como a pesquisa trabalha apenas com o voto presidencial, tal complexidade no processo decisório não apresenta-se como uma variável a ser mensurada.

Para a coleta dos dados, foram realizados painéis de três ondas com onze entrevistados. Eles foram recrutados por “bola-de-neve” nas cidades de Curitiba e Brasília e sua seleção teve um controle mínimo de idade, sexo e classe social. Partindo das dificuldades na análise de comportamento individual em extrair opiniões espontâneas sobre política (NEUMAN, 2007), o roteiro das entrevistas em profundidade foi ilustrado por estímulos de mídias

diversas, como fotos, áudios e vídeos, atribuindo-lhe um caráter quase que semi-experimental²².

Para a avaliação dos modelos de processo decisório eleitoral, as variáveis explicativas²³ são consideradas e analisadas tanto de forma espontânea como estimulada. A necessidade ocorreu após a primeira onda de aplicação, na qual muito das construções apresentadas pelos entrevistados não seguiu a ordem semi-estruturada pelo roteiro da entrevista. Assim, tal característica foi transplantada também para a estratégia de análise de dados: primeiramente, respeitando a ordem das questões propostas e, depois, abrindo as respostas dos entrevistados, complementando as transcrições quando necessário. Este conceito de “abrir as respostas”, indica a análise dos “nós de significado sem crivo da estruturação da pesquisa, intitulada como dimensão espontânea, e melhor explicada no capítulo que apresenta os resultados.

As próximas seções apresentam a análise de dados obtida e a ilustração dos processos observados e a discussão e proposição de próximos trabalhos para o teste de lacunas nas conclusões realizadas.

3.1. Os Tipos de Modelo de Processo Decisório Eleitoral Encontrados

Na observação dos casos acompanhados ao longo das eleições presidenciais de 2014, foi possível exemplificar o comportamento de decisão de pelo menos um entrevistado dentro de cada modelo de processo decisório proposto por Lau e Redlawsk. Nas próximas seções, as descrições²⁴ são organizadas por tipologia, explorando a mobilização das variáveis explicativas e apresentando os contextos emocionais predominantes em cada modelo de processo ao longo do período eleitoral.

i. A possibilidade de um eleitor imparcial

Apenas um dos entrevistados pode ser conformado sob a categoria de processo decisório racional. O pressuposto para a classificação é embasado em altíssimo nível de sofisticação

²² O trabalho considera a ponderação de King, Keohane e Verba (1994, p. 7) em rejeitar o conceito de "quase-experimento", destacando principalmente as diferenças no objetivo das conclusões, inferenciais nas pesquisas não-experimentais, e causais em experimentos. Considerou-se necessário, de qualquer forma, utilizar a expressão para destacar que as entrevistas em profundidade obtiveram seus resultados não apenas de forma espontânea, mas também através da apresentação de alguns estímulos de mídia presentes na campanha eleitoral estudada.

²³ Cabe ressaltar que algumas referências utilizadas na operacionalização conceituam as variáveis de forma quantitativa. Destes autores, o trabalho extrai as dimensões propostas para mensuração, e não as escalas em si.

²⁴ A análise das entrevistas foi feita a partir de uma relação entre centralidade e frequência da mobilização das variáveis explicativas delimitadas ao longo das três ondas realizadas com cada entrevistado. São ponderadas as presenças de forma estimulada ou espontânea, e busca-se não apenas a repetição de uma mobilização, mas o quanto fundamental ela se torna no aspecto analisado. Como forma de não criar compreensões equivocadas, foram suprimidas descrições quantitativas de frequência de conteúdo. Os exemplos demonstrados nas tabelas são ilustrativos, mas não esgotam a presença do nó argumentativo na fala de cada entrevistado.

política, alinhada a resgates de memória constantes e ampla procura ativa por informação a respeito do contexto eleitoral. Mesmo sendo capaz de realizar avaliações governamentais orientadas para o nível macro, a decisão eleitoral é tomada sob auto interesse. A verbalização de abstrações políticas, introduzidas em análises de cenário holístico, destacam muito o eleitor dos outros da amostra.

No que diz respeito ao contexto emocional, observa-se níveis muito altos de apreensão, principalmente em relação ao cenário econômico nacional, que crescem ao longo da campanha. Entretanto, o contexto emocional em relação aos candidatos varia muito pouco. Todas as avaliações governamentais são feitas de maneira retrospectiva e prospectiva e embasadas em informações resultado de pesquisa ativa. O processo decisório ao longo da campanha não demonstra sinais de utilização de heurísticas como atalhos decisórios nem do embasamento direto em redes sociais para a decisão, estas que parecem ser heterogêneas e que, nas falas do entrevistado, parecem entendê-lo como formador de opinião.

O Quadro 3.2 exemplifica como o entrevistado faz resgate a informações para avaliação do cenário eleitoral ao longo da campanha.

Quadro 3.2. O resgate à informação racional

ID08 (Mulher, 45-50 anos, Classe B)

“Eu acho que ela [**a Economia**] **está pior**, e é levado principalmente pelos rumos adotados pelo governo. Porque tem uma série de nortes na economia que tem que ser dados pelo governo. Então hoje eu acho que é só um reflexo de um monte de erros, sabe? Na hora que você pega a contabilidade pública com um monte de regras esquisitas que os caras andaram fazendo, quando você pega os contingenciamentos que são feitos à maneira de burlar um controle do legislativo sobre o orçamento do país, quando você pega o tal dos créditos adicionais, aqueles créditos orçamentários adicionais que são abertos para suprir necessidade de urgência, emergência e calamidade pública, isso é feito de maneira irresponsável e acaba desvirtuando todo o projeto de orçamento que foi apresentado e que o legislativo aprovou, ele que em tese representaria o povo. (...) Mas eu consigo ver muito pior. **No ano que vem** eu acho que a gente, independente de quem conduza, a situação vai ficar pior porque vai ter que consertar o que está agora, sabe? Preços administrados, isso não existe. Eles não vão conseguir segurar o preço da energia elétrica, por exemplo, porque as distribuidoras estão devendo horrores, fazendo empréstimo para conseguir bancar as termoelétricas acesas, a chuva não está ajudando, o sistema está em colapso porque o investimento foi feito de maneira errada e pouco pro tamanho do crescimento do país. Então não tem a menor condição de você viver um tempo bom” (Onda 01)

Fonte: A autora.

Como pode-se observar, a avaliação do trabalho do Governo é o centro do argumento, este que permanece ao longo da campanha, com habilidade retrospectiva e prospectiva, além de capacidade contextual para a justificação do posicionamento.

ii. Socialização, consistência e o eleitor confirmatório

A definição dos eleitores da amostra compreendidos enquanto “confirmatórios” partiu de uma análise um pouco mais aprofundada do discurso dos mesmos. No modelo de Lau e Redlawsk, pressupõe-se que o eleitor de consistência cognitiva avalie seus candidatos com base em informações recentes filtradas e ponderadas por conhecimentos consolidados.

Quando observados os casos, o primeiro destaque é para o contexto emocional apresentado pelos entrevistados. Assim como o eleitor racional verificado, as avaliações em relação ao Governo e à Economia Nacional pioram conforme a campanha eleitoral desenvolve-se, no entanto é na avaliação dos candidatos que reside a maior distinção. Os eleitores confirmatórios da amostra apresentaram desde a primeira onda um posicionamento bem claro a respeito dos candidatos, usualmente polarizado, que manteve-se ao longo de toda a campanha.

Assim como será tratado na avaliação do tipo de eleitor intuitivo observado na amostra, o eleitor confirmatório também utiliza de suas redes sociais como baliza ao longo do processo decisório, mas o faz de forma mais sutil e passiva. São nas estruturas de rede social que ele encontra a justificativa para seus critérios de avaliação, mesmo que não faça menção ativa àquelas para justificar-se. Expressões como “(...) isso não é aceito na minha família” ou “(...) da maneira como eu fui criado(a)” tornam-se comuns ao longo do processo decisório eleitoral desses indivíduos.

Assim como o eleitor racional, os indivíduos aqui encaixados também procuram ativamente informação como forma de elaborar avaliações consistentes, não limitando-se apenas à seleção de uma das opções. No entanto, tal busca informacional é feita de maneira completamente enviesada, em favor do posicionamento prévio do indivíduo. Esse viés, porém, não é afirmado aqui de maneira causal, como na análise de Taber e Lodge (2013), mas sim como resultado das justificativas propostas pelos entrevistados em suas argumentações. O quadro 3.3 apresenta exemplos de como os indivíduos pesam emocionalmente seu relacionamento com algum dos candidatos. Tal perspectiva não é vista nas outras tipologias de processo decisório.

Quadro 3.3. O viés da socialização na avaliação eleitoral

ID06 (Mulher, 20-24 anos, Classe C)	“Nossa, ele me passa um sentimento horrível . Ele me passa o sentimento de uma pessoa absolutamente elitista, que não pensa em ninguém, que só vai governar para gente rica. Tipo, eu, pessoalmente, venho de uma família que foi muito pobre, então para mim ele é tipo o patrão malvado” (Onda 01)
ID10 (Homem, 25-30 anos, Classe B)	“Mas a Marina não me deixa triste não, nem indignado. Me deixa orgulhoso . (...) Assim, eu falo para os meus pacientes que eles não podem diminuir a história dela. Sabe, assim, quando você vê em um documentário aquelas crianças ribeirinhas morando em palafitas? Ela veio de lá. Sabe? Ela veio lá do <i>nortão</i> , da puta que o pariu, e daí que ela conheceu o Chico Mendes, que alfabetizou ela e politizou ela” (Onda 02)

Fonte: A autora.

iii. A eficiência do processo decisório “rápido e econômico”

A lógica do eleitor eficiente é de que a tomada de decisão deve ser feita através do estabelecimento de alguns quesitos relevantes e da avaliação do contexto a partir deles pela procura ativa de informações contextuais. As dimensões relevantes para o eleitor são subjetivas no modelo de Lau e Redlawsk e não precisam traduzir elementos políticos. Como consequência espera-se estratégias de decisão compensatórias, uma vez que o foco deve ser nos tópicos priorizados e em avaliar qual o melhor candidato para suprir as expectativas do eleitor. Não existe, portanto, uma polarização intensa entre os candidatos, mas a decisão não é fácil para o indivíduo.

Na observação do grupo selecionado, é interessante destacar como as avaliações emocionais são bem distintas. Pressupõe-se que esta heterogeneidade reflete a diversidade socioeconômica dentre os indivíduos que demonstraram este tipo de comportamento ao longo da campanha e que, conseqüentemente, tem priorizações distintas a respeito dos *issues* selecionados para a avaliação.

Diferente do que observado no eleitor racional, nos casos de processo decisório “rápido e econômico”, a avaliação governamental é fundamental para a tomada de decisão e ela varia conforme contato com novas informações, principalmente disponíveis nas mídias tradicionais e redes sociais.

O Quadro 3.4 exemplifica como que dois entrevistados expõem os *issues* que utilizam para balizar suas avaliações.

Quadro 3.4. Auto-interesse, *issue voting* e economia decisória

ID04 (Homem, 30-35 anos, Classe A)	“O problema do Brasil hoje é o assistencialismo . Muito assistencialismo para pouco incentivo ao trabalho, ao crescimento pessoal. Tenho paciente que tinha carro melhor que o meu e recebia Bolsa Família. Você pode até fazer esses programas, mas incentivar o trabalho também” (Onda 3)
ID14 (Mulher, 20-24 anos, Classe B)	“Eu acho que o principal problema [do Brasil] é a cultura . Porque eu acho que a questão cultural é a base dos problemas que a gente tem hoje. E educação . Eu acho que não adianta a gente tentar eleger um presidente diferente, se a gente não mudar a cultura do Brasil, a cultura das pessoas” (Onda 03)

Fonte: A autora.

iv. O eleitor intuitivo

Segundo o modelo utilizado, os eleitores intuitivos são aqueles que buscam formas fáceis de tomar a decisão eleitoral, sendo que heurísticas são quase sempre utilizadas. Ainda pressupõe-se uma avaliação polarizada dos candidatos, sendo que as estratégias de decisão podem apresentar-se compensatórias ou não, com busca de informação focada no candidato ou feita de forma dimensional.

No comportamento das variáveis propostas para a análise do processo decisório eleitoral brasileiro, pode-se destacar o papel de redes sociais homogêneas e das heurísticas de referência ativa e familiaridade como as mais utilizadas pelos casos encaixados nesta categoria ao longo da eleição.

Os três entrevistados apresentaram níveis de sofisticação política muito baixa, tanto devido à baixa escolaridade e baixo acesso à mídia, como também pela capacidade reduzida de verbalizar abstrações políticas. Ao invés do recurso informacional direto de fontes produtoras de conteúdo, os indivíduos utilizaram ao longo da campanha de reproduções de construções de suas redes, principalmente familiares, de territorialidade e de ambientes de trabalho. O Quadro 3.5 apresenta estratos das falas predominantes e em relação ao recurso a argumentos de redes sociais.

Quadro 3.5. A rede social e o eleitor intuitivo

ID05 (Mulher, 25-30 anos, Classe E)	“Eu escuto meu pai falar muito o que o PT fez mal para a gente. A gente não tem muito tempo de ver TV, mas pelo o que dizem lá no bairro , o imposto sobe muito. Aí o mercado só fica mais caro” (Onda 01)
ID15 (Mulher, 36-40 anos, Classe D)	“Todo mundo aqui no trabalho vê esse povo que é sustentado pelo governo. Tudo vivendo de benefício, enquanto a gente trabalha. Se mais gente trabalhasse, dava para gastar mais com outras coisas” (Onda 02)

Fonte: A autora.

Ainda, o eleitor que demonstrou-se dentro da categoria de comportamento, tende a polarizar os candidatos sem construções muito complexas, mas sim entre uma dicotomia certo e errado. As avaliações emocionais são tem uma tradução muito clara através da racionalização dos tópicos apresentados, o que pode ser mais um indicativo de que o que os entrevistados verbalizam não é algo que foi individualmente construído.

4. Discussão

Através da análise do comportamento dos eleitores nas eleições presidenciais de 2014 foi possível classificar os onze eleitores acompanhados ao longo das três ondas do painel de entrevistas em profundidade em quatro categorias de processo decisório eleitoral (racional, confirmatório, eficiente e intuitivo). O intuito analítico era buscar descrições de comportamento que atualizassem o modelo de Lau e Redlawsk com variáveis explicativas mais próximas e já testadas para a realidade brasileira.

Utilizando uma análise de conteúdo que além da presença das variáveis nas verbalizações dos eleitores também ponderou a centralidade delas no argumento e se sua presença era espontânea ou estimulada, foi possível descrever quais os principais alicerces dos indivíduos analisados na tomada de decisão eleitoral específica.

Na análise prévia dos dados foi possível perceber uma predominância de contexto emocional negativo em relação aos tópicos avaliados, principalmente em relação ao Governo Federal e à economia. No entanto, como espalhada nos diferentes tipos de processo decisório, não foi possível a partir dos casos observados confirmar a teoria de Marcus, Mackuen e Neuman (2000) de que cenários de apreensão levam à procura de informação e aprendizado político.

Sem preocupar-se com a direção do voto tomada pelos indivíduos foi possível estabelecer algumas tendências de comportamento de processo decisório. O (i) processo decisório racional, assim como as teorias que explicam a direção do voto pressupõe, mostrou-se restrito a um único indivíduo e teve destaque pelo auto nível de sofisticação política e capacidade de avaliação governamental composta, tanto em tempo como em abrangência. Os (ii) eleitores compulsórios foram aqueles que apresentaram maiores variações no que diz respeito ao contexto emocional apresentado em relação aos candidatos, sendo que talvez só nestes casos “emoção” seja realmente uma variável interveniente no processo de mobilização de elementos explicativos para a forma como o eleitor decide. Os (iii) indivíduos encaixados na categoria de processo “rápido e econômico” delimitam *issues* de avaliação dos candidatos ao longo da tomada de decisão e a partir destes elementos

procuram informação e seus contextos emocionais varia conforme o tipo de informação encontrada. Finalmente, (iv) os eleitores intuitivos mostraram-se muito dependentes de redes sociais e suas respectivas construções a respeito dos candidatos, sendo, até certo ponto, reprodutores de conteúdo. Seu contexto emocional não apresenta nenhum padrão ao longo da campanha.

Uma ressalva a respeito da escolha do método é necessária, principalmente para a consolidação da análise de dados proposta, e diz respeito ao ruído presente nos dados coletados, causados por dois motivos principais: (i) a aplicação da pesquisa durante o processo eleitoral analisado; e (ii) a utilização de estímulos específicos, selecionados na metodologia de pesquisa para o incentivo às formulações dos indivíduos.

Qualquer pesquisa social lida com diversas formas de ruídos que nem sempre são considerados pelos pesquisadores em sua análise de dados. Como o objetivo da pesquisa era compreender o comportamento eleitoral de seus participantes, em termos de seu processo decisório, especificamente nas eleições presidenciais de 2014 dentro de uma metodologia qualitativa e não-experimental, realizar a aplicação prévia ou posteriormente implicaria na possibilidade de perder informações por questões de não-aferimento ou até mesmo de memória dos indivíduos. Alguns acontecimentos, no entanto, como o falecimento do candidato Eduardo Campos no começo da campanha, tiveram impacto negativo forte sobre a aplicação do painel, e tais considerações específicas são feitas ao longo do processo de análise de dados.

Finalmente, em relação aos incentivos, não parecia possível estabelecer um vínculo maior com os participantes e instigar elaborações mais complexas sem estímulos adicionais. No entanto, as implicações de sua seleção, uma vez que contaminada pela subjetividade do pesquisador, são também ponderadas na análise de dados.

Na criação destas tipologias, Lau e Redlawsk discutem a presença do “voto consistente” no eleitorado americano, retomando a ideia de que mesmo sem um processo decisório eleitoral complexo e embasado em contextos informacionais intensos, o indivíduo é capaz de tomar decisões de qualidade. Das quatro tipologias propostas, os autores entendem que apenas o processo confirmatório pressupõe desde o início decisões de menor qualidade e que uma hierarquia entre os outros três depende da relação do eleitor com a procura e processamento informacional.

Fica claro pela forma como os dados foram analisados que o *paper* propõe uma fase descritiva inicial para a análise do processo decisório eleitoral brasileiro. As limitações analíticas de uma metodologia qualitativa, principalmente uma vez que a literatura

mobilizada para a construção teórica é fruto de estudos experimentais, permite apenas comparações entre resultados, sem verificações causais.

A próxima etapa do estudo implica em um desenho de pesquisa inevitavelmente experimental, que parta das verificações de comportamento observadas até aqui e consolide padrões gerais no recebimento, processamento e resgate informacional, buscando as inferências causais que prega o método científico e que simulem situações eleitorais, reduzindo o ruído dos dados coletados.

5. Bibliografia

- BRADER, T. Striking a Responsive Chord: How Political Ads Motivate and Persuade Voters by Appealing to Emotions. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 2, p. 388–405, 2005.
- HA, S. E.; LAU, R. R. Personality Traits and Correct Voting. **American Politics Research**, p. 1–24, 2015.
- HASTIE, R. Problems for judgment and decision making. **Annual Review of Psychology**, v. 52, n. 1, p. 653–683, 2001.
- ISELL, L. M.; OTTATI, V. C.; BURNS, K. C. Affect and Politics: effects on judgement, processing and information seeking. In: REDLAWSK, D. P. (Ed.). **Feeling Politics: emotional in politics information processing**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 57–86.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- LAU, R. R. Correct Voting in the 2008 U.S. Presidential Nominating Elections. **Political Behavior**, v. 35, p. 331–355, 2013.
- LAU, R. R. et al. Correct Voting Across Thirty-Three Democracies: A Preliminary Analysis. **British Journal of Political Science**, v. 44, n. 2014, p. 239–259, 2014.
- LAU, R. R.; ANDERSEN, D. J.; REDLAWSK, D. P. An Exploration U . S . Presidential of Correct Elections Voting in Recent. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 2, p. 395–411, 2008.
- LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. Voting Correctly. **The American Political Science Review**, v. 91, n. 3, p. 585–598, 1997.
- LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. **How Voters Decide: Information Processing during Election Campaigns**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- LAUKKA, P.; JUSLIN, P.; BRESIN, R. A dimensional approach to vocal expression of emotion. **Cognition & Emotion**, v. 19, n. 5, p. 633–653, 2005.
- LAVAREDA, A. Neuropolítica: o papel das emoções e do inconsciente. **Revista USP**, v. 90, n. junho/agosto, p. 120–146, 2011.

- LAZARUS, R. S. Thoughts on the relations between emotion and cognition. **American Psychologist**, v. 37, n. 9, p. 1019–1024, 1982.
- LAZARUS, R. S. On the primacy of cognition. **American Psychologist**, v. 39, n. 2, p. 124–129, 1984.
- LEVENTHAL, H.; SCHERER, K. The Relationship of Emotion to Cognition: A Functional Approach to a Semantic Controversy. **Cognition & Emotion**, v. 1, n. 1, p. 3–28, 1987.
- LUSKIN, R. C. Explaining political sophistication. **Political Behavior**, v. 12, n. 4, p. 331–361, 1990.
- MARCUS, G. E. The Psychology of Emotions and Politics. In: SEARS, D. O.; HUDDY, L.; JERVIS, R. (Eds.). . **Oxford Handbook of Political Psychology**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 182–221.
- MARCUS, G. E.; NEUMAN, W. R.; MACKUEN, M. **Affective intelligence and political judgment**. [s.l.] Press, University of Chicago, 2000.
- MCCLURG, S. D. The Electoral Relevance of Political Talk: Examining Disagreement and Expertise Effects in Social Networks on Political Participation. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 737–754, 2006.
- NEUMAN, L. W. **Basics Of Social Research Qualitative and Quantitative Approaches**. Essex: Pearson Education Limited, 2007.
- NEUMAN, W. L. et al. Theorizing Affect's Effects. In: NEUMAN, W. L. et al. (Eds.). . **The Affect Effect: dynamics of emotion in political thinking and behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 1–20.
- NEUMAN, W. R. et al. (EDS.). **The Affect Effect: Dynamics of Emotion in Political Thinking and Behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- PIMENTEL JR., J. T. **Razão e Emoção no Voto: O caso da Eleição Presidencial de 2006**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2007.
- PIMENTEL JR., J. T. P. Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 516–541, 2010.
- REDLAWSK, D. P. Motivated Reasoning and Voter Decision Making: Affect and Evaluation. **Annual Meeting of the International Society of Political Psychology, Lund, Sweden**, 2004.
- REDLAWSK, D. P. (ED.). **Feeling Politics: Emotion in Political Information Processing**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2006.
- REDLAWSK, D. P.; CIVETTINI, A.; LAU, R. R. Affective Intelligence and Voting Information Processing and Learning in a Campaign. In: **The affect effect: Dynamics of emotion in political thinking and behavior**. [s.l.: s.n.]. p. 152–179.
- RENNÓ, L. R. **Information and Voting: Microfoundations and Accountability in Complex Electoral Environments**. [s.l.] University of Pittsburgg, 2004.
- ROSENBERG, S. W. et al. The Image and the Vote: The Effect of Candidate Presentation on Voter Preference. **American Journal of Political Science**, v. 30, n. 1, p. 108–127, 1986.

SAMPAIO, T. DA S. **Popularidade Presidencial: análise dos microfundamentos do suporte público da Presidente Dilma Rousseff**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SEARS, D. O. The role of affect in symbolic politics. In: KUKLINSKI, J. (Ed.). . **Citizens and Politics: Perspectives from Political Psychology**. [s.l.] Cambridge University Press, 2001. p. 14–40.

SIMON, H. A. Theories of Bounded Rationality. In: MCGUIRE, C. B.; RADNCR, R. (Eds.). . **Decision and Organization**. [s.l.] North-Holland Publishing Company, 1972. p. 161–176.

TABER, C.; LODGE, M. **The Rationalizing Voter**. [s.l.] Cambridge University Press, 2013.

TABER, C. S.; LODGE, M. Motivated skepticism in the evaluation of political beliefs. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 755–769, 2006.

WATSON, D.; CLARK, L. A. T HE PANAS-X Manual for the Positive and Negative Affect Schedule - Expanded Form. **Order A Journal On The Theory Of Ordered Sets And Its Applications**, v. 277, n. 6, p. 1–27, 1994.

WINKIELMAN, P. et al. Affective influence on judgments and decisions: Moving towards core mechanisms. **Review of General Psychology**, v. 11, n. 2, p. 179–192, 2007.

XAVIER, G. F. A Modularidade da Memória e o Sistema Nervoso. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1/2, p. 61–115, 1993.

ZAJONC, R. B. Feeling and Thinking: preferences need no inferences. **American Psychologist**, v. 35, n. 2, p. 151–175, 1980.

ZAJONC, R. B. On the Primacy of Affect. **American Psychologist**, v. 39, n. 2, p. 117–123, 1984.